



Devemos julgar um homem
mais pelas suas perguntas
que pelas respostas
Voltaire

Ibaneis vai sancionar lei que se equipara a Refis para as empresas

O governador Ibaneis Rocha vai sancionar o projeto de lei que permite uma nova forma de resolver pendências tributárias que estão judicializadas ou não. Lideranças empresariais da capital federal foram convidadas para uma cerimônia no Palácio do Buriti na quinta-feira, às 10h. A Procuradoria Jurídica do GDF, a Secretaria de Economia e a consultoria jurídica se concentraram, ontem, para fechar os detalhes da lei. A medida

espelha legislação federal, criada no governo Bolsonaro, que permite às empresas negociarem dívidas e pagamentos de tributos diretamente com a Procuradoria Geral da Fazenda. O DF será o primeiro estado a adotar o mesmo procedimento. A coluna apurou que a lei acaba tendo uma finalidade semelhante a de um Refis. As empresas da capital federal poderão buscar uma solução direta com a Procuradoria do DF.

“Com essa iniciativa, estamos tentando recuperar créditos que poderiam se perder no tempo ou que enfrentariam anos e anos de disputas judiciais onerosas para o estado. O DF precisa de investimentos e estamos buscando recursos para financiar mais qualidade de vida para a população”

Ney Ferraz, secretário de Economia

Demanda do setor produtivo

“Foi uma importante vitória das empresas que querem e precisam acertar débitos conforme sua capacidade de pagamento e para continuarem sobrevivendo, gerando emprego e arrecadação”, disse o terceiro vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindiatacadista, Álvaro Jr. “Essa medida mostra a sensibilidade do GDF em buscar uma solução pela negociação. É importante que as empresas vejam a oportunidade de colocar as contas em dia e poderem, com a situação sanada, atender as exigências legais para participar de licitações governamentais”, reforçou o presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

Ed Alves/ CB / DA.Press



Brasília vai sediar Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento

Um encontro na capital federal vai reunir 16 associações de classe empresarial que representam os principais setores da Cadeia Nacional de Abastecimento. O objetivo do evento, no dia 10 de junho, será debater com autoridades do Executivo e Legislativo propostas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável do Brasil. A Cadeia Nacional de Abastecimento é responsável pelo fornecimento de produtos essenciais para 203 milhões de brasileiros. Movimenta mais de 200 segmentos que produzem 240 mil produtos únicos, especialmente de quatro principais categorias: alimentos, bebidas, higiene e limpeza.

Temas prioritários

A edição de 2025, organizada pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), reforça cinco temas centrais da agenda estratégica definida pelo Fórum, com proposta e apresentação de projetos de lei aos parlamentares:

- 1) Redução de custos — Reforma Tributária
Antecipação da Cesta Básica Nacional de Alimentos
- 2) Consumo consciente — economia circular
Destinação dos resíduos sólidos aos biodigestores
- 3) Reduzir o desperdício — adoção do “Best Before”
Implantação do “Best Before” no Brasil
- 4) Combate à fome — conectar o Mapa do Desperdício ao Mapa da Fome
Isenção de impostos sobre doação de alimentos
- 5) Desenvolvimento econômico — consumo das famílias brasileiras
Proteção da sociedade brasileira contra os impactos das apostas on-line

Programa Mundial de Alimentos da ONU

O Fórum conta com o apoio institucional de organizações como o Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos da ONU — WFP/Brasil, a Rede Brasil do Pacto Global da ONU e apoio especial da consultoria internacional KPMG.

A Reforma da renda e o canteiro de obras

A proposta de reforma do Imposto de Renda, em tramitação no Congresso, promete movimentar os bastidores da construção civil nesta semana. Atenta aos possíveis impactos que a nova taxaço pode trazer, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) promove na quinta-feira (5/6), às 17h, no canal da entidade no YouTube, um debate quente sobre o tema no Quintas da CBIC.

“Se for para tributar dividendos, é preciso recalibrar a carga sobre a pessoa jurídica”

Segundo a CBIC, a atualização da tabela do Imposto de Renda é necessária e urgente para corrigir distorções que prejudicam, principalmente, a classe média e os mais pobres. “Esse alívio tributário é justo, mas não pode vir acompanhado de aumento desproporcional de impostos sobre os empresários, que são trabalhadores e geram empregos. Se for para tributar dividendos, é preciso recalibrar a carga sobre a pessoa jurídica. Além disso, precisamos discutir a eficiência do Estado”, destacou Fernando Guedes (foto), vice-presidente Jurídico da CBIC.

Agência CBIC



Projeção de cenários

O evento on-line reunirá o vice-presidente da CBIC, Eduardo Aroeira, o vice-presidente jurídico, Fernando Guedes, e o especialista em relações institucionais, Luis Henrique Macedo Cidade. O trio vai detalhar as possíveis consequências da reforma para o setor, abordando desde as questões jurídicas até a prática nos canteiros de obras. Para quem quer entender onde a reforma pode apertar.

TAGUÁ



Taguatinga surgiu antes mesmo de Brasília e a região, repleta de histórias e memórias afetivas, celebra os seus 67 anos no mês de junho.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília trazem um projeto exclusivo para criar uma conexão única entre as marcas e os apaixonados pela cidade.

Patrocínio:
 Anchieta
KoraSaúde

Realização:
 CORREIO
BRAZILIENSE

CB Brands
ESTADUAL DE CONTÊDOR

aQui
DF

Clube
106.5 FM

TV BRASÍLIA